

ACTA N.º 12

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL,
REALIZADA EM 30-06-07**

Aos trinta dias do mês de Junho, do ano dois mil e sete, na sala do Centro Cultural do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Entroncamento, sob a Presidência do senhor **João Aires Moreira Mora Leitão**, secretariado pelos senhores Rui Pedro Dias Gonçalves e Fernando José Guia Barbosa, Primeiro e Segundo Secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes Membros: ----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os senhores: -----

José Barata António, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, Rui Vitor Pires Bragança, João Carlos Rosa Pedro, Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo, Mário João Reis Mourão Laranjeiro e Paulo Jorge Martins Beirante. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os senhores: -----

António Isidro Neves Ferreira Marques, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, José Maria Laranjeira Campenhe, Manuel Mesquita Domingues, Marta Isabel de Amaral Nogueira Pedro e José Gaio da Silva e Sousa. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os senhores: -----

Carlos Manuel Godinho Matias, Carla Sofia Roma de Oliveira e Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os senhores: -----

Mário Eugénio Filipe Duarte e António Silvino da Costa Ferreira. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o senhor Presidente da Câmara Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os vereadores, os senhores, Luís Filipe Mesquita Boavida, Maria João Gil dos Santos Grácio, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia e Ezequiel Soares Estrada. -----

O **Presidente da Assembleia** deu início à sessão quando eram dez horas e quinze minutos, procedendo às substituições dos membros que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a **Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado**, que substituiu o deputado Luís Filipe Dias Grácio, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, que substituiu o deputado Sérgio Miguel Gil Nunes, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a **José Gaio da Silva e Sousa**, que substituiu o deputado Carlos Alberto Pato das Neves, do Partido Socialista. -----

Deu posse a **Mário João Reis Mourão Laranjeiro**, que substituiu o deputado Sérgio Manuel Carrondo Amaro, do Partido Social Democrata. -----

Após a leitura das actas de instalação avulsas e do respectivo juramento por parte dos novos membros, o **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

De seguida, o **Presidente da Assembleia** colocou a acta número onze da Assembleia Municipal à discussão e posterior votação. -----

ACTA NÚMERO ONZE

Pediu a palavra **Carlos Matias**: “Sempre que aparece a palavra «QREN» é com um «N» no fim e não com um «M», porque é de «Nacional».”

Pediu a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu trazia também essa correcção e mais alguns pormenores de texto. Eu ia sugerir, como não são coisas muito complicadas, entregar uma cópia com as correcções e depois que se fizessem no próprio texto, porque são pormenores que podem ficar logo corrigidos.”

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Eu também vou entregar uma cópia do documento com as correcções.”

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO ONZE:

A acta número onze foi **aprovada por maioria com dezassete votos a favor**, sendo oito votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, seis abstenções, por não se encontrarem presentes na reunião da respectiva acta, sendo, duas do Partido Social Democrata, uma do Partido Socialista, uma do Bloco de Esquerda, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

Entrou-se de imediato no Período de Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Foi dada a palavra a **António Ferreira**: “Nós vamos apresentar dois pontos. Um tem a ver com os horários dos comboios e o outro tem a ver com as questões da saúde.

Em relação aos horários de comboios, com a excepção que tem a ver com a mudança no comboio com precedência de Tomar, no horário da manhã e com o comboio com precedência de Castelo Branco, que trocaram os horários entre os dois, não houve qualquer alteração desde que entraram em vigor os novos horários. De qualquer forma, esta troca em nada veio resolver os problemas dos utentes da CP e tudo ficou como dantes.

No ofício que recebemos do Conselho de Gerência da CP, oferece-me dizer três questões:

Para além da questão dos Alfa, houve uma uniformização dos preços e houve uma actualização na base dos preços mais altos.

Por outro lado, a questão dos regionais vem-nos dar razão e há aqui um comprometimento que na próxima grande revisão dos horários de comboios, haverá alterações a este nível.

Em relação à questão dos suburbanos, nem sequer se dignou responder. É um bocadinho do tipo «tivessem lido a portaria quatrocentos e três barra setenta e cinco».

Portanto, para além disso, não há mais novidade nenhuma. O que existe de facto, é o que nós dizíamos na moção – continua uma diminuição na oferta entre Lisboa e Entroncamento à tarde; horários desajustados da procura e uma sobrelotação nas horas de ponta; uma retirada de comboios fundamentais da manhã, ou seja, um desajuste dos horários às necessidades e um aumento dos tempos do percurso. Ou seja, um regresso ao passado, uma situação que nos leva a perder muitos anos em termos de qualidade de serviço neste tipo de comboios.

E nós sabemos quais são as razões, são a prioridade aos comboios Alfa e a prioridade aos comboios suburbanos, que retiraram os canais que eram utilizados pelos comboios regionais e inter-regionais.

Queria chamar a atenção para o facto de que há, de facto, um empenhamento, quer da Comunidade Urbana quer de outros concelhos, nesta questão.

Mobilizaram-se também partidos políticos, quer o “PCP”, quer “Os Verdes” na Assembleia da República, que questionaram o Governo em relação a este assunto.

É de salientar um exemplo: Na Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, tive conhecimento que ontem, foi o próprio Partido Socialista que levantou esta questão na Assembleia Municipal da Barquinha. -----

Em relação ao Centro de Saúde, foi recebido um ofício do senhor Presidente do Conselho de Administração, que confirma, no seu ofício, a falta de três médicos. -----

Ficámos a saber também que existem cinco internos, do internato complementar de clínica geral. Mas nós já sabíamos e sabemos também que esses médicos que estão em formação, se limitam às listas dos médicos tutores, ou seja, não vêm os doentes que não têm médico de família. -----

O atendimento nos serviços de atendimento complementar, de sessenta horas semanais que é focado na resposta do doutor Branco, seria suficiente, quanto a nós, mas com tantos utentes sem médico de família atribuído, os utentes acabam por ser vistos a correr e sobre forte pressão dos meios disponíveis. -----

Estas sessenta horas de atendimento complementar, seriam suficientes (repito), mas, como existem quatro mil doentes sem médico de família, é evidente que acabam por ser insuficientes. -----

No que concerne ao protocolo com o hospital do Entroncamento, oferece-nos dizer que, esta instituição não possui serviço de medicina geral familiar, o que constitui um serviço descaracterizado do tipo de urgências básicas que o Governo quer implementar em Tomar e Torres Novas. -----

O hospital não oferece consultas programadas em saúde materna, planeamento familiar, assistência e acompanhamento de diabéticos, hipertensos, etc. Isto são ofertas típicas de um Centro de Saúde. Aliás, nem é exigido ao hospital do Entroncamento ter estes serviços, como é evidente. -----

Portanto, enquanto não houver condições de trabalho, com mais instalações, enquanto não forem reforçados os meios humanos – médicos, enfermeiros, administrativos e pessoal auxiliar, no Centro de Saúde, por mais que o pessoal que lá está se esforce, não conseguem dar resposta às necessidades da população. -----

Por outro lado, as verbas que estão destinadas em PIDDAC, que previa-se que comessem a ser feitos os trabalhos estes ano, e isto foi no passado uma grande luta do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária quando o Partido Social Democrata estava na oposição, nós lutámos, na altura, para que em PIDDAC viessem verbas para o alargamento do Centro de Saúde, e isto é mais um retrocesso! -----

Quanto às questões do Centro Hospitalar do Médio Tejo e da resposta do senhor Presidente do Conselho de Administração, o objecto principal da moção, era a reestruturação dos Serviços de Urgência no Centro Hospitalar do Médio Tejo, o senhor Presidente de Administração confirmou a aplicação do estudo da reestruturação e fugiu ao assunto de forma explícita. Por um lado diz-se que o estudo vai ser implementado, por outro lado, o Primeiro Ministro em visita a Abrantes, diz-nos que vai ficar tudo como em mil novecentos e noventa e nove, conforme estava estipulado. Há aqui uma divergência de opiniões. Não se sabe muito bem o que é que se vai passar. Certo, certo, é que devemos estas vigilantes em relação aos vários cenários que estão em aberto. -----

Já agora, chamava a atenção para uma questão que penso que é importante, a propósito da declaração do senhor Presidente da Câmara à «Rádio Voz». Penso que não é verdade que os deputados da Assembleia Municipal andem preocupados com o Centro Hospitalar do Médio Tejo, ou seja, Tomar, Torres Novas e Abrantes, e se tenham esquecido do Entroncamento, ou seja, do Hospital do Entroncamento. -----

A questão é que este assunto está na ordem do dia! Eu penso que nós, todos, sempre estivemos preocupados com esse assunto! A questão que está na ordem do dia, de facto, é o Centro Hospitalar do Médio Tejo! -----

Portanto, hoje há um ataque ao Sistema Nacional de Saúde e não podemos ignorar essa situação. -----

Senhor Presidente, o funcionamento dos três hospitais não pode estar espartilhado numa guerra *fratricida* entre os três municípios onde esses hospitais estão implantados. O Entroncamento, um dos maiores concelhos do Médio Tejo, tem também uma palavra a dizer. E têm uma palavra a dizer, todos os concelhos que são servidos por estes três hospitais. -----

Faço um apelo ao senhor Presidente da Câmara no sentido de a Junta da Comunidade Urbana, tomar em mãos este assunto e debater este assunto na própria Junta. Porque este assunto não pode estar só na mão de Tomar, Torres Novas e Abrantes. É um assunto que diz respeito a todos os concelhos do Médio Tejo.” -----

De seguida, a palavra foi dada a **Carlos Matias**: “Faço uma saudação especial ao Senhor Presidente da Assembleia. -----

Temos três pontos para apresentar aqui. O primeiro ponto é fazer um pedido ao senhor Presidente da Câmara e deixo em aberto, pois certamente o senhor Presidente poderá alinhar algumas ideias para responder enquanto eu depois me refiro aos outros assuntos. -----

Peço ao senhor Presidente da Câmara, se possível e muito sucintamente, dentro do que cabe neste ponto, nos trouxesse algumas ideias fundamentais do que foi aprovado no Congresso da Associação Nacional de Municípios, que teve recentemente lugar nos Açores. Penso que em três, quatro tópicos, o senhor Presidente da Câmara poderia dar à Assembleia Municipal o essencial das ideias defendidas nesse Congresso da Associação Nacional de Municípios. -----

Depois, queria focar dois outros aspectos. -----

O primeiro é fazer uma saudação, ainda que verbal, à banda da Associação Filarmónica, pelo resultado que teve no concurso nacional do INATEL, em que ficou em segundo lugar a nível nacional. -----

A cultura, infelizmente, é um parente pobre no investimento na nossa cidade comparado com outros sectores e, portanto, penso que é de relevar que, no quadro de grandes dificuldades com que a Associação subsiste, tenha tido um resultado a nível nacional que é verdadeiramente notável. -----

Relevo o trabalho, não só dos actuais dirigentes, mas também dos que por lá passaram nos anteriores mandatos e penso que é justo registar com agrado e saudar esta boa representação que a Associação Filarmónica e o nosso concelho, por intermédio deles, teve numa iniciativa a nível nacional. -----

Depois, gostaria de levantar um outro aspecto: Foram apresentados nas festas do Entroncamento, no pavilhão instalado pela Câmara Municipal, um conjunto de projectos da Câmara que, que eu saiba, nunca foram aprovados pela Câmara Municipal. -----

Quero já dizer que não está em causa a mais valia ou a menos valia do conjunto dos projectos que foram divulgados (cada um por si ou no seu conjunto, não é isso que estamos aqui a discutir, pois não é o local, nem a hora, nem essa questão vem a propósito), mas o facto é que foram apresentados como projectos da Câmara, projectos que a Câmara nunca aprovou! -----

Portanto, não podem, não devem ser apresentados em nome da Câmara projectos que a Câmara se limitou a tomar conhecimento, por acaso ou não por acaso, exactamente no dia anterior! Os projectos podem ser muito interessantes, podem até ser muito valiosos, muito positivos, não é isso que está em causa, o que está em causa é, em nome da Câmara Municipal, publicamente para todos os munícipes, serem apresentados projectos que são da Câmara, que não são da Câmara! A Câmara nunca os aprovou, eles não foram incluídos em orçamento, não estão no Plano Plurianual de Investimentos, não foram aprovados por esta Assembleia Municipal e, portanto, não faz sentido. -----

Qualquer entidade poderia apresentar aqueles projectos e recolher as opiniões que entendesse, mas não me parece justo, não me parece correcto que isso tenha sido feito. E volto a

sublinhar, independentemente daquilo que eles signifiquem ou da valia ou não valia dos projectos em si mesmo. -----

Portanto, gostaria de deixar esta nota de desagrado e registar esta atitude para que ela não voltasse a ocorrer em futuras iniciativas.” -----

Foi dada a palavra a **Isilda Aguincha**: “Relativamente às questões anteriores penso que as questões abordadas pela Coligação Democrática Unitária já foram bastante explícitas e, portanto, não vou estar aqui a repetir coisas de que já falámos antes e com as quais (em parte significativa ou na generalidade) estamos solidários. -----

Relativamente à intervenção que me antecedeu, eu gostava de fazer referência, em especial, àquilo que são as nossas preocupações, do Congresso da Associação Nacional de Municípios e em especial daquilo que são as competências que se prevêem venham a ser transferidas para os municípios. -----

Penso que é matéria que nos deve preocupar. Não porque nos sejam dadas competências ou porque nos seja dado dinheiro para essas competências, mas, acima de tudo porque, com as competências, com o dinheiro, vêm outros tipos de atribuições que só o dinheiro, por si só, não resolve. Com as limitações que estão a ser postas aos municípios, nomeadamente ao nível da contratação de pessoal, poderá vir a ser muito complicado se não houver alterações significativas no quadro que nos rege, termos a nosso cargo competências como as que pretendem ser delegadas na área da saúde, da educação, da acção social, no ambiente e ordenamento do território. -----

Neste sentido, penso que é uma preocupação que nos deve acompanhar, sobre a qual devemos reflectir porque, ter direito ao título mas não ter condições para realizar as tarefas, ou para realizar de acordo com as necessidades e a satisfação das populações, é mais um presente envenenado aos municípios. E é um presente envenenado que eu acho que nenhum de nós quer.

É uma preocupação que deixo no ar e que gostava que fosse consignada na intervenção que possa vir a ser feita sobre esta matéria por parte dos representantes no Congresso.” -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que esclareceu: “Dois ou três esclarecimentos que me são aqui pedidos; um para que a Câmara interceda junto da Junta por causa do Centro Hospitalar do Médio Tejo – a Assembleia tem órgãos próprios que poderão levar lá isso. O Presidente da Câmara não tem esse problema, mas a Assembleia em si, tem pessoas para tratar desse assunto, não precisa estar a delegar em ninguém. Mas, se entenderem que não conseguem, a Câmara Municipal do Entroncamento empenhar-se-á também nessa matéria. -----

Em relação ao que se passou na Associação Nacional de Municípios Portugueses, senhor deputado, por acaso não estive presente, deleguei no senhor vice-presidente e, portanto, houve também outras pessoas presentes. Parece-me pouco descabido estar a perguntar isso ao Presidente da Câmara, quando foram pessoas do próprio órgão. Mas pronto, admito que tenha sido um lapso. Quero dizer-vos que essas conclusões estão no site da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Só têm que se debruçar sobre elas, tal como eu também procurei fazer.

Em relação aos projectos, a Câmara Municipal do Entroncamento tem uma série de projectos a andarem, a serem concluídos, que estão (ao contrário do que foi aqui dito) em PPI. Estão orçamentados, estão no Plano de Actividades, apesar de não sabermos quais são as verbas que, ou se serão. Estava lá que são projectos candidatáveis. Não estava a dizer que são projectos para nós fazermos. Se o Governo, na regulamentação do QREN não contemplar este tipo de projectos, são projectos que ficam em carteira, mas temos andado a trabalhar se calhar para o boneco, pois todas as pessoas que andam a fazer projectos, estão a fazer projectos sem saber da regulamentação do QREN! O QREN começou em Janeiro e neste momento ainda não se sabe a regulamentação. Portanto, foi sempre minha ideia fazermos o máximo de projectos possíveis para ver se não acontece o que nos aconteceu num passado recente. Quando chegámos à

Câmara, entregaram-nos dez meses depois o primeiro projecto, que foi do Pavilhão Gimnodesportivo. -----

São projectos que eu entendi por bem mandar fazer, porque estão contemplados em intenções, em planos de actividades e no plano plurianual. Estão lá. -----

A Câmara teve conhecimento dos projectos, porque eu disse e assumi junto da Câmara que nunca os iria expor, que ninguém teria acesso a eles desde que não fosse primeiro à Câmara. Portanto, a Câmara é o órgão a quem eu devo apresentar esse tipo de projectos. Já foi aprovado por unanimidade, pela Câmara, um dos projectos que lá estava, para o Largo José Duarte Coelho. Os outros são de facto intenções que a Câmara tem que poderão ser candidatados ou não, depende da regulamentação do QREN. -----

Admito perfeitamente que seja com desagrado do senhor, mas eu continuarei a fazer assim, primeiro que todos, quem sabe são meus pares. É o executivo que tem acesso primeiro. Não há ninguém do executivo que não tenha conhecimento. Nada foi afixado, nada foi posto, antes que o executivo tivesse conhecimento. -----

Se me disserem que eu devia perguntar antes de fazer o projecto A ou B, ou C, bom, quando foi aprovado o PPI nós colocámo-los lá e, portanto, um ou outro, eventualmente, que possa ter já ocorrido fazermos durante as reuniões que temos tido com a firma que está a fazer o plano de acção para o Médio Tejo, mas, entendi por bem que deveria apresentá-los de facto à Câmara antes que fossem apresentados à população do Entroncamento.” -----

Passou-se de seguida ao período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Atendendo a que ninguém quis intervir neste ponto da sessão, o **Presidente da Assembleia** passou de imediato à ordem dos trabalhos constante do edital. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM “DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL – CRIAÇÃO DE LUGARES”

Pedi a palavra **Reinaldo Amarante**: “Uma boa gestão autárquica só se concretiza se tiver pessoal qualificado que execute bem as decisões tomadas. -----

Por outro lado, a qualidade da execução será tanto maior quanto maior for o grau de satisfação de cada um dos seus elementos no lugar que ocupa. -----

Pessoas certas e qualificadas, no lugar certo. Pessoas que garantem uma dedicação às funções para as quais são solicitadas. Pessoas que se identificam com aquilo que fazem e sabem fazê-lo bem. Pessoas cujas preocupações passam por fazer o melhor que sabem e podem, porque fazem o que gostam. -----

Se não forem cumpridas estas premissas e se ainda por cima lhe juntarmos a precariedade no emprego, teremos então todas as condições para que a melhor das administrações falhe pela base. -----

Estamos pois a falar de profissionalização de funções, com pessoas bem formadas tecnicamente e pertencentes a um Quadro de Pessoal estável. -----

Ao melhorar as condições e o nível de trabalho dos seus funcionários, melhora também a qualidade dos seus serviços e beneficia, em última análise, todos nós, os munícipes. –

Embora existam áreas que devam ser prioritariamente privilegiadas, referimo-nos às de intervenção social, tais como apoio à terceira idade, biblioteca, desporto, infância e juventude. –

Defendemos a criação e o alargamento de um Quadro de Pessoal estável, tecnicamente qualificado e altamente profissionalizado, de forma progressiva e global a todas as áreas e serviços da autarquia. -----

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente esta proposta.” -----

Pedi a palavra **Mário Eugénio**: “Relativamente a esta proposta de alteração do Quadro Regulamentar, nós gostávamos de colocar aqui duas ou três questões. -----

A primeira é porque, quando começámos a ler isto, o primeiro e segundo parágrafo induziu-nos um pouco em erro, porque insistia-se aqui muito na utilização intensiva da Internet e nós começámos a perceber isto muito bem, depois percebemos um pouco e achamos que, parte daquilo que se pretende com esta alteração ao Quadro de Pessoal se percebe melhor. De facto, conseguimos perceber que se pretende desenvolver um trabalho de sistematização da informação existente que é necessário levar a cabo; depois também percebemos, no parágrafo seguinte, que se exige uma maior e mais intensa capacidade técnica de resposta dos serviços municipais. E também percebemos isso. Mas para percebermos a totalidade da proposta que aqui está apresentada, achamos insuficiente. De facto, na reunião de Câmara isto talvez tenha sido mais fácil, porque, como nós não temos as propostas e não as podemos analisar de forma esclarecida e fundamentada, e apesar de ser positivo para nós a criação destes lugares (alguns deles percebemos muito bem) gostávamos que o senhor Presidente da Câmara nos apresentasse, mesmo de forma resumida, estas propostas que lhe foram apresentadas de modo esclarecido e fundamentado, para que nós, ainda que as nossas ideias sejam mais ou menos claras sobre esta matéria, percebêssemos melhor o âmbito em que se insere esta proposta e pudéssemos votar isto com a consciência perfeitamente tranquila.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Na análise que fizemos desta proposta, percebemos os considerandos e o preâmbulo desta proposta. -----

Sabemos das necessidades dos saltos qualitativos que é necessário fazer a nível das autarquias, nomeadamente pela boa disponibilidade de informação e o esforço que está a ser feito na Comunidade do Médio Tejo, exactamente para poder prestar essa informação com qualidade ao munícipes. -----

Contudo, surge-nos aqui a possibilidade de tecer algumas considerações por entendermos que, de facto, há algumas coisas que não estão muito claras. Por exemplo: -----

«Contratação de técnicos superiores generalistas» Um técnico superior generalista é um técnico especialista de coisa nenhuma! Isto do nosso ponto de vista. Não percebemos o que é que isto quer dizer. -----

Depois, alertamos para um facto que é o volume dos custos com pessoal que a Câmara tem. São largos milhões de euros. -----

Há qualquer coisa que a nós se nos depara que é constatar que tem sido ao longo dos últimos anos feito um alargamento do Quadro de Pessoal. E neste momento, coloca-se a questão de voltar ainda a alargar, com outras especialidades. -----

De duas, uma, ou não foi previsto, com qualidade, as necessidades futuras e andou-se a contratar pessoas que não se ajustam às necessidades do desenvolvimento da cidade e, sendo assim, terá a Câmara de fazer *mea culpa* e dizer: enganámo-nos, não contratámos as pessoas com as competências que devíamos ter contratado e neste momento, se calhar, temo-las encostadas a um canto. Não sei se foi assim se não. Mas será que essas pessoas não são requalificáveis? Quadros superiores internos da Câmara não podem ser reclassificados? -----

A Câmara deve ter um plano de formação dos seus Quadros. Faz parte da estratégia das Câmaras. Será que esses aspectos não foram considerados? Será que os técnicos superiores que entretanto foram contratados não têm apetências para se reclassificarem? -----

Isto é um conjunto de questões que nós gostávamos de ser esclarecidos, para podermos perceber, para podermos ajudar a nossa autarquia. Porque achamos que de facto é importante um quadro com competência, com qualificações que se ajustem aos tempos modernos, mas há aqui um conjunto de questões que temos alguma dificuldade em entender.” -----

Pediu a palavra **Teresa Martins**: “Só queria dar uma pequena palavra a esta questão que o Partido Socialista acabou de colocar. -----

«Um técnico generalista não é de coisa nenhuma» Com o devido respeito por esta questão, os médicos de família, são médicos considerados generalistas. Têm uma especialidade generalista e são médicos muito qualificados. Os próprios médicos especialistas, e falo por

experiência própria com problemas de saúde que tenho com familiares, já me disseram que o médico generalista abarca muito melhor todas as áreas do que propriamente o médico especialista, que só percebe rigorosamente daquela área. -----

Portanto, presumo eu, que ao falar-se aqui de um técnico generalista, terá a ver com esta questão, será um técnico que deverá abarcar várias áreas e ter conhecimentos sobre essas várias áreas.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Não me querendo alongar muito sobre esta questão, parece-me que, o que nos vem à presença nesta proposta, é o procurar ir ao encontro das necessidades efectivas do município. -----

Não fazendo reporte ao passado, em que, como nós sabemos, a Câmara Municipal tinha muitos trabalhadores em que, nalguns casos ou em vários casos ou em muitos casos, não eram pessoas suficientemente qualificadas para desempenhar funções, neste momento a preocupação do município foi exactamente, e congratulo-me com isso, encontrar pessoas com capacidade técnica para desempenhar tarefas e obviamente, quando estamos a tratar de um novo Quadro Comunitário, quando estamos a inserir-nos num projecto intermunicipal, no âmbito das novas tecnologias, em que há necessidade de técnicos que a Câmara não tem, nem nunca teve, para as funções que são exigidas, parece-me que esta proposta é uma proposta que não vai aumentar custos, porque não pode. É uma proposta que vai enquadrar soluções para que o município do Entroncamento não comece a andar para trás relativamente a outros municípios. –

Portanto, nesse sentido, o Partido Social Democrata apoia esta proposta apresentada.”

Voltou a pedir a palavra **Ferreira Marques**: “Considerando que vinte e um novos lugares não tem acréscimo de custos, será que os técnicos vêm para cá fazer voluntariado? Alguém faz alguma coisa de borla? Só se for assim. -----

Por outro lado, pareceu-me que afinal os técnicos generalistas são médicos! A Câmara vai contratar cinco médicos! É isso? Porque de facto, eu não conheço nenhuma outra profissão que se chame técnico superior generalista! Só conheço os médicos e nisso nem sequer falei porque me pareceu que não eram médicos que iam ser contratados. Não sei, estou na dúvida. ---

Em relação à questão dos custos, não sabia que agora havia técnicos superiores a fazer voluntariado na Câmara!” -----

Intervio de seguida **Isilda Aguincha**: “Eu penso que a ideia do técnico superior generalista enquadra técnicos superiores que não estão classificados nos Quadros de Pessoal e nas normas com um nome específico, tipo técnico superior de informática, técnico superior disto ou daquilo, mas que, podem prover uma área que abarque funções diversas imputáveis, digamos, a pessoas com formação superior de que a Câmara possa vir a necessitar. -----

Relativamente à questão dos custos, lamento que no passado não se tenha feito referencia a que, quando por razões naturais deixaram de existir alguns trabalhadores, dentro dos trabalhadores contratados, é certo, mas que não eram indispensáveis ao funcionamento do município, não se tenha feito aqui nenhuma referencia de especial e hoje se venha fazer referencia a que podem ser trabalhadores gratuitos. Quando todos sabemos que, a gestão do pessoal é feita entre pessoas que estão, pessoas que não estão, pessoas que saem e pessoas que entram. -----

Obviamente que, o que eu disse e repito, é, não pode sequer haver aumento de custos porque a Lei não o permite! Portanto, para além de um determinado *plafond* que está a ser usado, não pode gastar-se mais. Logo, todas as questões têm de ser equacionadas dentro das regras que nos estão impostas. E a Câmara Municipal, se até esta data não incumpriu essas regras, felizmente não chega nem de perto nem de longe à de alguns municípios bem próximos que estão completamente com a corda no pescoço, e são muito recentes as notícias sobre essa matéria, nomeadamente por falta de liquidez, por incumprimento, por excesso de endividamento; a Câmara Municipal do Entroncamento não o fez, não o vai fazer e, portanto,

não vamos ter aqui *fait divers* por causa de uma proposta que permite dar qualidade aos serviços da Câmara Municipal, para gastar algum tempo e não dar cumprimento a esta questão.” -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para que esclarecesse algumas questões a esta Assembleia: “Vou ser um pouco exaustivo. Mas não me foi pedida, porque se me pedissem, também tinha sido fornecida em devido tempo. Mas se não se importarem vou ler as propostas feitas pelos directores de departamento, conforme foi solicitado pelo senhor engenheiro Mário Eugénio. -----

Passados cerca de dois anos sobre a reorganização dos serviços municipais, verifica-se actualmente a necessidade de uma adaptação do Quadro de Pessoal, tendo em conta as novas realidades e competências que estão a ser acometidas aos municípios. -----

Com efeito, no domínio administrativo e financeiro, o município está a ser confrontado com exigências para as quais terá de estar preparado, sob pena de, por um lado poder perder as inúmeras oportunidades que a curto prazo se lhe deparam e por outro de eventualmente se vir a defrontar com falhas processuais que ao município em nada aproveitariam. -----

Refiro-me aos desafios colocados pelo novo sistema de gestão dos fundos comunitários, no âmbito do QREN, o qual irá funcionar de modo diferente do que até aqui tem acontecido, exigindo uma estrutura capaz de responder a essas exigências. -----

Refiro-me igualmente à necessidade, aliás, à obrigatoriedade, de implementarmos um sistema de gestão interno que passa pela existência de contabilidade analítica e a indispensável gestão de armazéns. Estes processos só serão devidamente conseguidos com técnicos conhecedores dessas matérias, logo, com a formação académica e profissional adequada. -----

Mas também me refiro à adequação do Quadro de Pessoal do município às decisões tomadas no âmbito da COMURB designadamente para o arranque próximo da plataforma informática denominada “Médio Tejo Digital” e para a qual o município deverá estar devidamente apetrechado de meios humanos. -----

Em dois anos, várias modificações se operaram no modo de as pessoas se relacionarem umas com as outras. Refiro-me aos avanços tecnológicos que fizeram da Internet o meio privilegiado de comunicação entre os cidadãos, quer pela economia que proporciona na troca de informação, quer pelo facto de posicionar o cidadão no “centro do mundo”. -----

Enquanto que as entidades privadas viram nesse fenómeno a grande oportunidade de estar “em linha com o cliente”, as entidades públicas foram obrigadas a colocar-se em linha com o seu “cliente” munícipe. -----

Com efeito, apesar de alguns municípios terem dado provas de possuir bons “sites”, o Governo atento a esta realidade/exigência do cidadão, veio obrigar os municípios a publicitar no respectivo “site” da Internet diversos documentos, como, entre outros, os que prescreve o artigo quadragésimo nono da nova Lei das Finanças Locais. -----

Os municípios têm obrigatoriamente de possuir uma estrutura a funcionar, capaz de responder a estas exigências legais, sob pena de sofrerem as consequentes penalizações. -----

A manutenção de um “site” a funcionar em condições, conduz a uma nova óptica no relacionamento do município com o seu munícipe. -----

A “página” tem de ser bem construída, pois é a imagem do município que ultrapassa fronteiras e pode ser vista e visitada em qualquer local do mundo e não só dentro dos limites do concelho. -----

É pois fundamental a existência de técnicos que por um lado dominem a gestão das páginas da Internet, mas que por outro lado possuam a criatividade necessária à criação de uma boa imagem. -----

O desporto e a ocupação dos tempos livres dos munícipes constituíram desde sempre um objectivo. -----

Com efeito, o município efectuou grandes investimentos em imobilizado corpóreo nestes domínios, tendo dotado o concelho das infra-estruturas adequadas à prática desportiva, envolvendo nessa prática toda a população, desde as crianças, passando pelos jovens e os adultos e atingindo os segmentos dedicados à terceira idade, quer partilhando os equipamentos com clubes e associações, quer agindo pelos seus próprios meios, como são os casos das actividades na piscina, no pavilhão e nos campos de ténis. Para responder adequadamente às solicitações, designadamente no âmbito escolar, o município deverá possuir os seus próprios técnicos, os quais prestarão um serviço inestimável às escolas e por via delas a toda a população que tem filhos em idade escolar. -----

Reconhecemos que o Quadro de Pessoal do município de há dois anos não foi dotado, com todo o quadro técnico necessário. Para além de outros factores, pesou na elaboração desse documento a restrição orçamental. -----

Entretanto, o município fez notórios esforços de contenção na área dos recursos humanos, donde salientamos, por exemplo a quebra de vinte e cinco vírgula três por cento (menos cinquenta e um mil setecentos, mais ou menos) nas horas extraordinárias de dois mil e cinco para dois mil e seis e a redução do número de efectivos de trezentos e vinte e oito em dois mil e cinco para trezentos e dezasseis em dois mil e seis. -----

Na realidade, não basta ter vontade e estratégia para atingir os objectivos: é necessário também possuir os meios técnicos (humanos) para alcançar tal desiderato. -----

Por isso agora, aconselha-se a uma pequena reorganização, com baixo impacto financeiro mas que se prevê de elevada eficácia face aos objectivos que o município pretende e precisa de atingir. -----

Isto foi a informação do senhor Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, em dez do quatro de dois mil e sete. -----

Informação do senhor Director do Departamento de Urbanismo e Obras Municipais: --

Em oito de Julho de dois mil e cinco foi publicado em Diário da República – II Série – número cento e trinta, o Regulamento dos Serviços Municipais, Estrutura Orgânica e Quadro de Pessoal do Município do Entroncamento, na sequência da necessidade sentida pela autarquia em adequar a estrutura orgânica às necessidades actuais e à prossecução das respectivas atribuições. -----

Passados quase dois anos desde a referida publicação, que se revelou de extrema eficácia e, no sentido de continuar a fomentar a eficiência e o cumprimento dos objectivos das unidades orgânicas que compõem o Departamento de Urbanismo e Obras Municipais então criado, efectuou-se uma retrospectiva relativamente às várias competências, reconhecendo que, se por um lado a qualidade do serviço prestado e a capacidade de resposta estão directamente relacionados com o tipo de organização existente, esta organização tem necessidade de continuar a adequar-se às novas realidades e a criar condições para permitir assegurar a prossecução das atribuições da autarquia. -----

Concretamente: -----

- A Divisão de Urbanismo e Obras Particulares é composta, entre outros, por um Núcleo Técnico destinado a estudar os diversos dossiers face à legislação vigente, designadamente o Plano Director Municipal, e a emitir os respectivos pareceres, apoiado nos sectores de desenho e topografia. Estes sectores revelam-se de extrema importância para, através da sua colaboração, assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido naquela unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários. -----

São inúmeras as competências daqueles dois sectores, de onde se podem destacar, designadamente, para o sector de desenho: a elaboração dos trabalhos de desenho necessários ao desenvolvimento de infra-estruturas, arranjos urbanísticos, edifícios e outras construções, que sejam da iniciativa ou do interesse municipal; a realização, em articulação com o sector de

topografia, de desenhos em gabinete e a execução de todos os desenhos inerentes à actividade municipal em qualquer área, mantendo um arquivo ordenado de todos os desenhos produzidos. Das competências atribuídas do sector de topografia ressaltam, entre outras, a execução de levantamentos topográficos necessários ao desenvolvimento de estudos elaborados pelo Departamento, bem como a prestação dos serviços solicitados por outras unidades orgânicas. Outra competência daquele sector de topografia é a colaboração com os diversos serviços, designadamente com os serviços jurídicos, quanto aos processos de expropriação. -----

A Divisão de Obras Municipais é composta por um Núcleo de Apoio Técnico cujas competências são bastante alargadas. Para o apoio específico no âmbito das empreitadas, nomeadamente para assegurar um controlo e uma eficiente fiscalização, conta com colaboração de alguns serviços na preparação dos processos de concurso, na realização de autos de medição de trabalhos e de revisão de preços e na elaboração de mapas de controlo dos níveis de execução de cada empreitada e custo final. -----

Todas as funções descritas requerem, tal como foi explicitado, uma articulação constante e uma interdependência inerente, cuja orientação, pela própria diversidade de matérias, embora da mesma área funcional, exige uma coordenação específica e efectiva. -----

Pelo exposto, parecem-nos estar reunidas as condições para ser criado o lugar de coordenador previsto no número três do artigo sexto do Decreto-Lei quatrocentos e quatro – A barra noventa e oito de dezoito de Dezembro. -----

- Conforme determinado pela Resolução do Conselho de Ministros número trinta barra dois mil e seis de vinte e três de Março, encontra-se a Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) a elaborar o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT) cujo âmbito territorial abrange o Entroncamento. -----

Tendo em conta que os planos regionais de ordenamento do território definem uma estratégia de desenvolvimento territorial na qual convergem diferentes interesses públicos e privados, mostra-se indispensável efectuar uma articulação de estratégias a desenvolver entre as várias entidades. -----

O Entroncamento está inserido na Região do Oeste e Vale do Tejo, cujas condições, recursos naturais, potencial e acessibilidades, permitem, para um futuro próximo, antever aquela região como um dos mais qualificados e dinâmicos territórios do país. -----

Na sequência de vários contactos formulados pela DGOTDU e pela CCDRLVT já foi criada a Comissão Mista de Coordenação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, sendo que se intensificam as reuniões das subcomissões sectoriais, onde o nosso concelho tem marcado presença, e de cujo processo não se pode, obviamente, alhear. ----

A Divisão de Urbanismo e Obras Particulares é composta, entre outros, por um sector de Planeamento e Gestão do Território (SIG) sendo uma das suas funções a promoção e o acompanhamento dos planos de ordenamento físico da área do município. -----

Os planos regionais de ordenamento do território, bem como a Revisão do Plano Director Municipal (cujo processo se encontra em curso) são matérias directamente ligadas ao Departamento de Urbanismo e Obras Municipais e, conseqüentemente à referida Divisão de Urbanismo e Obras particulares, pelo que, entendemos ser imprescindível o acompanhamento de todo o processo inerente à efectivação dos mesmos, constituindo a nossa presença, apoio e colaboração uma mais-valia para todo o concelho. -----

Dada a pertinência e especificidade das matérias será de toda a conveniência dotar o Quadro de Pessoal com um lugar de técnico, na área da gestão do território, cujas funções e competências permitirão, com maior eficácia, colaborar e acompanhar todo o processo de concretização do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, bem como o da Revisão do Plano Director Municipal. -----

- O Núcleo Técnico inserido na Divisão de Urbanismo e Obras Particulares tem, entre outras funções, a apreciação e informação de projectos respeitantes a viabilidades e licenciamento de obras particulares, tendo em conta, nomeadamente, o seu enquadramento nos planos de estudo urbanísticos existentes, na conformidade com as Leis e regulamentos em vigor, zonas de protecção legalmente fixadas e níveis técnicos e estéticos. Toda esta análise é essencialmente técnica, verificando-se que existem outros parâmetros cuja prévia verificação é necessária e imprescindível. O aumento substancial do número de processos de obras particulares que se tem verificado, é indicador de que o nosso concelho continua a crescer mas, por vezes, torna-se um obstáculo à célere apreciação dos projectos. Todos os processos carecem de uma apreciação liminar que permite, facilitar ao técnico que irá analisar o projecto, a rápida apreciação do mesmo. Parece-nos importante a criação de um lugar de técnico, na área da gestão do território, para exercer tais funções de prévia apreciação dos elementos constantes dos processos, com vista ao cumprimento dos prazos adequados à prestação do serviço e legalmente consignados, tendo em conta a satisfação dos destinatários em causa. -----

Esta é a informação, de nove do quatro, do senhor Director do Departamento de Urbanismo e Obras Municipais. -----

Espero ter respondido ao senhor engenheiro Mário Eugénio. Só não enviei esta informação, porque, de facto, também não me foi solicitada. -----

Foi falado aqui nos custos de pessoal e eu quero dizer que já foi frisado aqui que baixámos o pessoal o ano passado, baixámos as horas. Houve de facto aqui um esforço, mas eu sempre disse e volto a dizer que o castigo, o sofrimento, não há-de ser à custa do pessoal. Pode ser à custa de uma obra, de um investimento qualquer, mas do pessoal não, de certeza absoluta. Em relação ao pessoal, terei sempre uma atenção muito especial e quero fazer sempre uma aposta muito grande para que não haja pessoal em termos precários na Câmara. Porque é desagradável de facto vermos quando uma empresa fecha, todas aquelas manifestações. Nós aqui, no Entroncamento, acho que isso não se passa e tenho a certeza que em relação à Câmara Municipal do Entroncamento não se vai passar. Tenho dito muitas vezes que olho para os empregados de uma maneira diferente dos munícipes, porque eles, para além de serem munícipes, também trabalham para os munícipes. Portanto, é uma obrigação minha olhar para eles com um carinho muito especial. -----

Falou-se aqui que contratámos pessoas que não se ajustam às exigências dos serviços da Câmara. Quero dizer que me sinto completamente satisfeito e realizado com as pessoas que contratámos até à data. Quero dizer também que há condições para que funcionários da Câmara que, em termos académicos, não só profissionais mas em termos académicos, conseguiram dar um passo importante na sua vida, serão, na minha perspectiva, porque têm servido e porque servem, serão sempre os privilegiados. Estes são concursos públicos, evidentemente, mas serão sempre as pessoas privilegiadas. Eventualmente os lugares deles vão deixar de ter algum interesse no Quadro da Câmara no futuro, mas a ideia é, de facto, pessoas que, ao longo dos anos têm-se dedicado à Câmara, que conseguiram em termos académicos melhorar a sua vida (nem todos, porque há muita gente formada graças a Deus na Câmara Municipal do Entroncamento, mas nem todas elas são técnicos superiores), mas, onde for preciso, têm uma “janela” de oportunidade. -----

Em relação ao que se falou aqui dos técnicos generalistas, é precisamente para daqui a um mês, dois meses três meses, com as novas competências que o Governo se apresta a enviar para as Câmaras (que não estão definidas, mas que sabemos que iremos receber) estejamos em condições. Esta é a perspectiva dos generalistas. Mais do que isso, se houver alguém na Câmara que sobressaia de maneira a que tenha de ser recompensado, pelo trabalho desenvolvido e pela perspectiva que há de futuro para esse trabalho. É precisamente com esse pessoal generalista.” –

Pedi a palavra **Mário Eugénio**: “Quero agradecer a informação que me foi prestada. Nós tínhamos pedido de facto um pequeno resumo, mas o senhor Presidente da Câmara fez bem em nos apresentar os documentos. -----

Só não percebi muito bem e gostaria de deixar bem claro, é que o senhor Presidente da Câmara referiu duas vezes e agora insistiu no fim da sua intervenção, que não enviou os documentos porque não foi solicitado. Eu acho que não é necessário ser solicitado para nos enviar os documentos. Nós temos dúvidas, nós não temos nenhum vereador na Câmara! Portanto, é natural que nós precisemos desta informação. -----

Nós agora, depois da leitura que nos fez das propostas, percebemos exactamente o modo esclarecido e fundamentado como a Câmara votou isto. Mas nós não o conhecíamos! E portanto, nós percebemos agora inclusive, as funções que cada um destes técnicos vai ter. Nós não somos obrigados a adivinhar isto. Não temos informação. Não tínhamos de facto uma informação que nos permitisse ter uma imagem rigorosa do que se pretende. Neste momento temo-la, gostamos do rigor e estamos satisfeitos. -----

Esta nota foi só para dizer que, de futuro, deviam ser pensadas algumas vezes a necessidade que nós temos de ter informação, em vez de nos estarem a dizer: não a pediram, não mandei. É só isso.” -----

Pedi a palavra o **Presidente da Câmara**: “Não mandei, não por entender que não devia mandar! Fizem-me informações particulares (que perei sempre à disposição) dos técnicos da Câmara, dos directores de departamento, depois eu fiz aqui um embrulho, fiz aqui um lacinho e apresentei à Câmara Municipal. Senhor engenheiro, no futuro, vamos ter esse cuidado, pois já me tinha esquecido que os senhores não tinham cá vereador. Não é por esse motivo, mas também por ele, vamos passar a tentar mandar mais informação.” -----

Pedi a palavra **Célia Agostinho**: “Relativamente à fundamentação que foi agora apresentada, compreendemos e também sabemos que são as duas áreas mais sensíveis dentro de uma Câmara. A área do urbanismo e a também a área financeira. Nessa parte concordamos realmente que o Quadro de Pessoal tem que ser rigoroso, qualificado ou muito qualificado. Por aí não temos qualquer dúvida. -----

Realmente a questão dos técnicos generalistas surge-nos do seguinte: achamos que todas as licenciaturas lá cabem, mas não compreendemos porque é que, se realmente estão algumas necessidades já identificadas a nível de técnicos superiores, se estivesse aqui, se calhar, dentro dos generalistas dois ou três arquitectos, ou dois ou três engenheiros civis, um jurista, nós compreenderíamos que seria talvez uma necessidade da Câmara! Agora outras licenciaturas, não as vemos ali enquadráveis. E aí é que nos surge algumas dúvidas. -----

Por outra parte, só gostaria de saber se realmente da parte do Governo foi criado, neste caso, um incentivo à contratação de jovens licenciados, através do PEPAL, com apoio dos Centros de Emprego; sei que muitas outras Câmaras do país têm estado a aproveitar alguns jovens licenciados e desempregados, a contrata-los. O senhor Presidente da Câmara, de alguma maneira, justificou que não queria funcionários a contrato, mas pensamos que é uma boa forma de algumas Câmaras conhecerem os jovens, conhecerem as suas competências e depois, entretanto, se acharem que são uma mais valia para a Câmara, contrata-los. Mas é uma boa forma de entrada de muitos jovens licenciados no mercado de trabalho. E neste caso, também no acesso às Câmaras Municipais.” -----

Pedi a palavra **Mesquita Domingues**: “Em relação a isto eu ainda gostava de tecer algumas considerações, porque dizem-nos aqui que há dois anos foi revisto o Quadro de Pessoal e agora vem-se invocar avanços tecnológicos na área da informática e por aí fora. Parece que a informática nasceu há dois anos! Ora, já se fala na informática quase há vinte anos pelo menos. A Câmara tem-se informatizado ao longo destes anos todos. Tem adquirido equipamento, tem contratado técnicos, tem tido oportunidade de dar formação aos seus técnicos e tudo isso. Portanto, se houve há dois anos uma revisão do Quadro de Pessoal e agora se vem fazer uma

nova revisão, isto é para dizer que iremos fazer outra com certeza, porque, se nos últimos dois anos houve avanços tecnológicos, nos próximos dois anos, os avanços serão a triplicar ou a quadruplicar. Toda a gente sabe disto perfeitamente. -----

Por outro lado, foi-nos aqui dito que não vai haver alteração de custos. Até já nos foi dito aqui, pelo senhor Presidente da Câmara, que houve a supressão de alguns lugares, de alguns funcionários. Então, eu penso que o que deveria ser aqui apresentado, era um documento global em que nos informassem quantos funcionários é que existem, quais os lugares que foram suprimidos, quais os lugares a criar, quais os lugares eventualmente a substituir. Se realmente se quer requalificar as pessoas, o seu posto vai ser substituído por outro. Nós achamos isso legítimo! Mas essa informação não está aqui. A única coisa que nos é aqui apresentada é que, em relação ao Quadro de Pessoal que actualmente existe, são criados mais vinte e um lugares! –

Ora, com isto, nós não podemos concordar. É evidente que nós achamos legítimo que toda a gente queira ter o seu posto de trabalho, achamos louvável essa preocupação do senhor Presidente da Câmara em relação aos seus funcionários, mas, nós temos de ter em atenção que, o que se está aqui a falar é de dinheiros públicos! Não são dinheiros de nenhum de nós. Portanto, temos que ter algum cuidado na gestão deste dinheiro e o que nos está aqui a ser proposto, é a criação de vinte e um novos lugares.” -----

Pediu a palavra o **Presidente da Câmara**: “A Câmara Municipal do Entroncamento vai pondo os técnicos conforme se vai adequando. Isto não é nenhuma central de empregos. A Câmara Municipal do Entroncamento recruta as pessoas que necessita. Mais do que isso, faz precisamente o que o Governo diz e vamos lá perguntar: os senhores têm pessoas a mais? Querem mandar para cá? É isso que nós fazemos, é isso que o Governo exige. As pessoas que estão lá como excedentários. Nós somos sempre obrigados a perguntar se o Governo quer mandar para cá algum daqueles desempregados que lá tem. -----

Todos nós sabemos, uns mais que outros, que já há computadores há uns anos, evidentemente. Mas também há pessoas que pararam no tempo, outras não. Mas nós não queremos parar. Nós metemos um técnico de informática de há seis anos para cá. Em boa hora. Mas se calhar precisamos de mais pessoas nessa matéria, se calhar viremos a precisar, mas é se calhar. Não vou agora contratar mais três engenheiros, dois arquitectos! Pois não é isso que se pretende! Está aqui explicado pelo senhor Director. Estamos a falar de duas coisas completamente distintas! Estamos a falar do senhor Director de Departamento de Administração Geral da Câmara e finanças também. Não é o Director de Finanças, é Geral da Câmara! Chama-se a isto Director de Departamento de Administração Geral; e o outro é o Departamento de Urbanismo e Obras. E obras também municipais. -----

Esta foi a informação que nós também tivemos e continuo a pensar que não é pelo pessoal que nós vamos apertar o cinto. Não vamos de certeza absoluta. Não é por aí. Terá que ser por outro lado. -----

Podem-me dar essas recomendações e terei sempre o cuidado disso, pois procurarei sempre que o bom-nome do Entroncamento não apareça em parangonas de jornais. Porque havia de ser bonito, se isso acontecesse no Entroncamento, bem que eu podia fugir, não é? Essas listagens têm a credibilidade que têm, mas eventualmente têm por quem foram feitas. -----

Em relação aos tais técnicos que o Governo, o senhor Primeiro Ministro, prometeu em campanha, que iria dar mil e quinhentos novos licenciados, estamos a falar com dinheiros comunitários, não se está a dar emprego a ninguém! É preciso chamar as coisas pelos nomes! Estamos a falar com dinheiros comunitários, que se está a dar no PEPAL, para as pessoas estarem cá um ano a aprender e a estagiar! E a Câmara Municipal do Entroncamento olhou para o que necessitava e, entrou de facto uma engenheira na área da higiene e segurança no trabalho. Isso está na Câmara Municipal, concorremos e temos cá um técnico, porque sabemos que precisamos. Se servir, ficará, se não servir teremos que ir para outra opção. Mas não valia a pena estarmos aqui a criar expectativas a outras pessoas e depois... sabemos como são estas

coisas e termos que dizer: acabou, tem que se ir embora. Não é essa a nossa expectativa. Mas prontos, acho que dei os esclarecimentos todos sobre esta matéria.” -----

Pedi para intervir **Carlos Matias**: “Eu pedi para intervir porque acho que esta questão deve ser recolocada no ponto em que ela deve ser tratada no âmbito da Assembleia Municipal. -

Porque eu penso que os pontos políticos essenciais são os seguintes: -----

Os trabalhadores devem trabalhar no Quadro, ou devem trabalhar fora do Quadro. Sim, ou não? E é sobre isto que a gente tem de discutir! -----

Nós achamos que devem trabalhar no Quadro e por isso é que vamos votar a favor da proposta. -----

Segunda questão: Devemos reconhecer a qualificação das pessoas, ou não devemos reconhecer a qualificação das pessoas? -----

Nós achamos que devem ser reconhecidas as qualificações das pessoas. -----

Quem acha que não deve ser reconhecida, vota contra a proposta! É fácil. -----

Devemos empregar os jovens, ou não devemos empregar os jovens? -----

É evidente que devemos empregar os jovens! -----

Mas empregamos os jovens para desempregar os que estão a trabalhar? -----

Nós achamos que não devem desempregar as pessoas que já estão a trabalhar! E por isso é que nós também vamos votar a favor da proposta. -----

Portanto, os municípios devem ser servidos com pessoas com qualidade e com qualificação superior, porque há transformações em curso. Há ou não há? Há transformações em curso. Então, provavelmente, o Quadro vai ter de ser mudado. Na altura a gente discute se é assim, se é assado, se é desta ou daquela forma. Temos de estar em acordo, ou em desacordo, ou achar que deve ser de outra forma, mas acho que nós devemos estar preparados para discutir com abertura as modificações que se impuserem às alterações do Quadro. E, face às que nos são propostas, nós ou estamos de acordo, ou estamos em desacordo. E nós estamos de acordo. -----

Já agora, a propósito, quero registar que fico muito satisfeito que, no anuário dos municípios portugueses relativo a dois mil e cinco, o anuário financeiro, o Entroncamento aparece, com mais sete municípios de todo o país, dos trezentos e oito, em segundo lugar na actuação ao POCAL. O que mostra de facto uma elevada qualificação técnica. E acho que nós devemos estar satisfeitos com isto! Porque mostra a qualidade de pessoas, no caso concreto no tratamento das finanças municipais, da elevada qualidade das pessoas que trabalham connosco. Só há um, em todo o país, que tem a classificação de dezanove, na escala de zero a vinte e o Entroncamento, com mais sete, tem uma classificação de dezoito. Só há mais sete municípios em todo o país. E isto é garantia de qualidade. Isto não se faz com pessoas precárias, não se faz com pessoas fora do Quadro, não se faz com pessoas pouco qualificadas. -----

Penso que são estes os aspectos essenciais sobre os quais nós temos de nos pronunciar. Tudo o resto, se é mais um varejador, se é menos um varejador, se é mais generalista, se é menos especialista, são questões de detalhe que é legítimo discutir mas que, com todo o respeito, penso que são questões secundárias relativamente ao que está aqui em debate.” -----

Solicitou a palavra **Ferreira Marques**: “Eu estou de acordo com tudo o que foi discutido e esclarecido. A nossa posição na votação é no sentido de não contrariar absolutamente nada disto. Vamos é deixar o benefício da dúvida, fazendo votos para que o Quadro, que vier a ser composto, se vá ajustando estritamente com os critérios de rigor, competência e, se possível, excelência, para que de facto estes parâmetros possam subir no *ranking* da boa gestão. E por isso mesmo vamo-nos abster.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “A Assembleia está suficientemente esclarecida sobre este primeiro ponto e portanto eu vou pô-lo à votação.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto um da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por maioria com dezassete votos a favor**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, seis abstenções do Partido Socialista. -----

Entrou-se de imediato no segundo ponto da Ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO N.º 3 DO ART.º 11.º DO REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM MOBILIÁRIO URBANO” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Eu penso que este documento é apenas e só a proposta de uma alteração que visa uma adequação do regulamento para cumprir normas que devem ser integradas e, portanto, não há nada a acrescentar à proposta que nos mandam.” -----

Uma vez que ninguém mais quis intervir neste ponto da Ordem dos Trabalhos, o **Presidente da Assembleia** colocou-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois da Ordem de Trabalhos foi **aprovado por unanimidade com vinte e três votos**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

Entrou-se de seguida no ponto três da Ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPCÕES DO PLANO 2007” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “A grande fatia do bolo do objecto da revisão serve para pagamento de bens de consumo – electricidade e água a fornecer à população. -----

Houve uma sub dotação destas rubricas aquando da orçamentação e é evidente que a Câmara, com a folga orçamental que neste momento tem, está há vontade para fazer esta alteração. -----

Como é sabido, nós tivemos muitas discussões na própria Câmara sobre este assunto quando estive na Câmara. Não achamos uma boa prática a forma como são feitas estas dotações, para justificar, é evidente, o acrescento de mais algumas obras, para o acrescento de mais algumas intenções, em que, por exemplo este ano, torna-se um bocadinho, eu diria, ridículo, porque não vamos conseguir fazer quase nada desses investimentos. Neste momento está praticamente tudo paralisado. Não há fundos no QREN, estamos numa fase de transição entre o QCA e o QREN e, portanto, não há verbas disponíveis, não há fontes de financiamento e as coisas estão muito paralisadas. -----

Portanto, a nossa posição de facto é esta. -----

Agora despertou-nos a atenção aqui uma rubrica, que é a questão da actualização dos Resíduos Sólidos Urbanos. Parece-me não ter havido intenção de sub dotar a verba. -----

E já agora, eu pedia esse esclarecimento. -----

Mas, quanto a nós, parece-nos que tem mais a ver com o aumento dos custos que derivam do Decreto-Lei cento e setenta e nove de dois mil e seis, que são as taxas de depósito em aterro que o Governo está a implementar e que se destinam a uma instituição criada pelo Governo, ou organismo do Estado. E essa taxa não faz qualquer sentido. E por outro lado, não dá alternativa aos municípios para se verem livres dessa taxa. Ou seja, podia ser uma taxa para desincentivar os municípios de colocarem os seus resíduos em aterro, mas depois não há

alternativas para os municípios se verem livres da taxa, ou seja, para colocarem os resíduos noutra sítio. -----

Eu gostava de ser informado se esses sessenta mil euros têm a ver exactamente com isso.” -----

De seguida, pediu a palavra **Mesquita Domingues**: “Nós já manifestámos a nossa discordância na última reunião, quando se fez a aprovação das contas, devido às muitas alterações que houveram no ano passado. -----

Este ano, está-nos a ser proposta aqui esta alteração. -----

Gostava de ser esclarecido se estou ou não a fazer uma leitura incorrecta sobre isto, mas é o seguinte: por exemplo na verba Funções Gerais – diz aqui que estava definida uma dotação de um milhão duzentos e um mil euros e, agora, é pedida aqui uma modificação de nove mil e quatrocentos euros. Depois aparecem outras importâncias, trezentos e dezassete mil euros, pede-se mais uma alteração de nove mil e quatrocentos euros e por aí fora. -----

Se é isto que efectivamente me está a ser proposto, eu sinceramente discordo! Porque se numa verba global para o ano de um milhão e duzentos mil agora nos é pedido para fazermos uma alteração, a meio do ano, de nove mil e quatrocentos euros, sinceramente, acho um bocado descabido! A não ser que eu esteja a fazer uma leitura incorrecta sobre isto. -----

Assim como de outras verbas que aparecem aqui, Funções Sociais – quatro milhões setecentos e quarenta e nove mil quatrocentos e trinta e sete euros; é pedido nesta altura uma modificação de catorze mil quinhentos euros! -----

Alterações destas parecem-me insignificantes face ao montante geral. -----

Gostava de ser esclarecido sobre este assunto. Se realmente é disto que estamos a falar, de valores de um milhão e tal de euros e agora é proposto nove mil ou dez mil euros, nesta altura a meio do ano? Eu até admitia e compreendia que, numa dotação de um milhão e duzentos mil euros, no final do ano, viessem pedir aqui um ajuste de trinta mil; compreendia e não seria de estranhar. Agora a meio do ano estar-se a pedir nove mil e quatrocentos euros, acho estranho. -----

Portanto, gostava que este documento fosse mais esclarecedor.” -----

Interveio de seguida **Carlos Matias**: “Relativamente a esta proposta, há dois aspectos:

Primeiro, o que nos é proposto é a utilização de parte do saldo da gerência do ano anterior. Mais concretamente, cerca de quatrocentos e oitenta e quatro mil euros. E sobre isto nós estamos de acordo, que seja utilizada esta parte do saldo para este ano. Que transite para este ano. -----

O que temos reservas é à maneira como ele é aplicado. O grosso, a esmagadora maioria da aplicação desse saldo é para despesas correntes, como já foi referido, e depois, nessas despesas correntes, associamo-nos às reservas que já foram levantadas, nomeadamente pelo António Ferreira e agora pelo Partido Socialista. Há coisas que são dificilmente entendíveis e aceitáveis. Como é que em Junho a electricidade já está a aumentar com um reforço de noventa mil euros; e estou a referir-me só às rubricas mais vultuosas para a aplicação do saldo – electricidade, transportes, água – portanto, é dificilmente entendível e isso merece-nos reservas. Quer o elevado volume aplicado em despesas correntes, quer o reforço de verbas que já estão esgotadas em Junho, ou muito perto disso. -----

Portanto, relativamente a isto, nós não vamos inviabilizar, mas vamo-nos abster.” -----

Solicitou a palavra **Isilda Aguincha**: “Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos eu gostava, em primeiro lugar, de me congratular exactamente pelo facto de estarmos perante a primeira modificação. Já vamos no final de Junho e, ao contrário daquilo que acontece em muitos municípios deste país, nós ainda só estamos a fazer a primeira revisão ao orçamento.

Por outro lado, e já foi referido pelo Bloco de Esquerda, esta é uma ferramenta normal, que é a utilização do saldo da gerência do ano anterior. Portanto, não estamos a fazer nada que não seja normal fazer-se. -----

Os critérios de aplicação dessa verba podem ser ou não discutíveis, e já percebi que são para muitos de vós, ou para muitos dos membros desta Assembleia. Não vou discutir esses critérios, é uma proposta que nos é apresentada em função das necessidades previsíveis. E isto é, previsíveis. Mas, gostava de relevar a questão que é implícita a esta proposta e que é a do apoio domiciliário. -----

Penso que, eventualmente, o senhor Presidente poderá dar-nos informação complementar sobre isto, mas que será um serviço que também vai ser extremamente importante para a população, especialmente para os idosos e para os carenciados do nosso concelho. E portanto, parece-me bastante importante considerarmos isto nesta modificação às grandes opções do plano e PPI dois mil e sete. -----

Relativamente aos outros valores, é verdade que, numa verba de muito significado, uma pequena introdução de aumento de disponibilidades parece quase insignificante e portanto descabida. Mas, se calhar, é assim que se faz! Mesmo para trocos, é obrigatório introduzir estas alterações quando elas têm de ser acrescentadas ao chamado orçamento. E portanto, está também, acima de tudo, a cumprir-se aquilo que são as regras da contabilidade pública e que não podemos deixar de cumprir, independentemente de acharmos irrisórios os montantes que estamos a inscrever nalgumas rubricas já contempladas com valores muito mais elevados.” -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que esclareceu: “Em relação às obras, todos nós sabemos que não podemos estar a fazer obras, porque senão estaríamos mal, estaríamos a gastar dinheiros públicos mal gastos, porque não há ainda dinheiro do QREN e só por isso é que ainda não estamos a fazer obras. -----

Poderíamos estar de facto a acabar “N” obras do Entroncamento – o parque de estacionamento, isto, aquilo e aqueloutro – como todas as outras Câmaras do Terceiro Quadro Comunitário que se andam a arrastar com obras por acabar. Nós acabámos em tempo oportuno e em tempo útil. Comprometi-me, quando cheguei a esta casa, comprometi-me com a Comunidade Urbana, comprometi-me com o senhor Presidente da CCDRLVT e fizemos em tempo oportuno. Por isso fomos contemplados com uma verba da reserva de eficiência para o Jardim-de-infância Norte, que está a fazer-se, está também dentro do prazo, com uma pequena derrapagem, mas muito pequena, mas vai ser acabado em tempo oportuno. -----

Portanto não há obras neste momento, porque se fizéssemos obras, ficavam-nos a cem por cento e, se nos podermos candidatar, esse dinheiro dará para mais obras. -----

De qualquer maneira, arriscámos lançar a Praça do Município, que é de facto um ponto fulcral para nós, pois precisamos de receber as pessoas também com dignidade e gostamos de ter uma Praça efectivamente do Município. -----

Em relação aos sessenta mil euros da RESITEJO, não posso informar sobre esta matéria. É de facto dotar para pagar durante o ano. Essa verba, estamos a pagá-la, mas a Associação de Municípios, como o senhor sabe, está a contesta-la porque a considera ilegal. Se bem que nós estamos a pagá-la! O Governo manda e nós cumprimos. -----

Em relação a estas pequenas alterações que o senhor deputado do Partido Socialista falou, quero dizer que nós não estamos em segundo lugar, como dizia o engenheiro Carlos Matias, por acaso! É porque temos uma loucura de centros de custo. E por isso há muitas modificações orçamentais na Câmara e aqui, estamos a fazer a primeira e acho que a última. A não ser que seja para bem do Entroncamento, darei logo a cara para fazer uma outra, se for preciso, mas acho que será a primeira e a última. -----

Em relação ao que me foi falado aqui sobre o apoio domiciliário, acho que as pessoas já sabem, pois foi anunciado no dia municipal do idoso, mas é um serviço que a Câmara vai pôr à disposição dos idosos, a todos os munícipes do Entroncamento com mais de sessenta e cinco anos que possuam o Cartão Municipal do Idoso. Este cartão é grátis e portanto, têm que o possuir. Nós estamos a entregar o Cartão Municipal do Idoso grátis, como foi aprovado aqui nesta Câmara, depois teve uma alteração em relação às pessoas eleitores ou não eleitores do

Entroncamento e há dois tipos de cartões: pessoas carenciadas e pessoas não carenciadas; as não carenciadas, é fácil, fazem prova do bilhete de identidade e prova de que são eleitores no Entroncamento. Os outros, para receberem alguns benefícios, terão que fazer prova do seu rendimento. -----

Seria fácil comprar este serviço, pois este serviço vende-se, mas o nosso rigor obriga-nos a não comprar. Temos um funcionário do Centro de Emprego de Torres Novas, que eu coloquei à disposição do senhor Presidente da Junta de Freguesia nas casas de habitação. É um polivalente, um indivíduo que entende de canalização, de pedreiro, de electricista. Reúne as condições necessárias para esse posto e vai ser contratado pela Câmara. Depois, a partir daí, será a compra da viatura e o período de maturação para este processo. -----

Portanto, este processo é, de facto, de apoio a pessoas já de uma certa idade, que tenham necessidade nas coisas mais elementares de uma casa, desde o colocar uma bicha no autoclismo, do esquentador, de uma lâmpada que precisa ser mudada, a Câmara disponibiliza esse serviço. As pessoas não têm quem lhes faça esses serviços, eu sei o quanto difícil isso é, e portanto, a Câmara disponibilizará um funcionário e o material. Os carenciados não pagarão nada, a Câmara suporta o valor dessas pequenas reparações e o pessoal; as pessoas que não são carenciadas, evidentemente que disponibilizaremos o funcionário e pagarão o valor de custo do material que é posto em casa. -----

Existem ainda outros serviços que iremos fazer, como por exemplo, quando se tem uma pessoa acamada em casa, não pode abandonar o idoso, nós iremos à farmácia buscar os medicamentos e vamos entregar à pessoa. Enfim, vamos procurar que o serviço vá sempre melhorando, pois essa é a perspectiva. Portanto, vai ser um serviço que vamos colocar à disposição dos idosos do Entroncamento.” -----

Nada mais havendo a tratar neste ponto da Ordem do Dia, o **Presidente da Assembleia** colocou-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por maioria com catorze votos a favor**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, nove abstenções, sendo, seis abstenções do Partido Socialista e três do Bloco de Esquerda. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO” -----

Pedi a palavra **Carlos Matias**: “Dois aspectos muito pontuais e um deles é referido na informação que é entregue pelo senhor Presidente, e tem a ver com o terceiro concurso nacional de Bandas de Música Moderna. -----

Parece-nos uma iniciativa interessante, positiva e que correu bem. Só há um aspecto que nós sugerimos que seja acautelado no Regulamento do próximo ano, se porventura esta iniciativa se vier a repetir, é que há fase final não chegou nenhuma das bandas do Entroncamento. -----

Nós não questionamos, nem sequer tenho conhecimentos nessa área para avaliar o mérito ou demérito dos jovens músicos do Entroncamento, em comparação com os outros que concorreram, mas concordaremos que é um pouco desmotivante para os jovens do Entroncamento ficarem pelo caminho e não chegarem à fase final. -----

Penso que uma alteração ao Regulamento poderá assegurar que, pelo menos uma banda chegue à fase final. Porque das duas, uma, se o júri entende que eles não tocam bem, que não têm suficiente mérito para competir com os outros, sem estímulo é que eles nunca chegarão a tocar coisa que se veja. -----

Portanto, penso que será fácil alterar o Regulamento, ou fazer uma fase, ou assegurar uma cota, enfim, penso que haverá com certeza quem possa dar sugestões nesse sentido, de modo a que, pelo menos haja um grupo do Entroncamento na fase final e que isso sirva de estímulo aos jovens músicos do Entroncamento. -----

A segunda questão é relativamente aos TURE – Se bem me lembro, os TURE, aqui há uns meses atrás, essa questão foi falada, falou-se na segunda fase dos TURE, penso inclusivamente que na altura se falou que em meados deste ano a segunda fase estaria a ser já implementada, e gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara (e peço mesmo que me responda e que não me mande para o site da Câmara se por ventura essa informação lá estiver) se a segunda fase dos TURE está para breve, se há alguns problemas, enfim, quais são as perspectivas que há sobre este assunto?” -----

Pedi de seguida a palavra **António Ferreira**: “Da informação que nos foi prestada, salientamos o seguinte, e penso que isso é importante para o município: -----

O aumento das receitas relativamente a igual período do ano passado. -----

Aumentos significativos nos impostos directos. No IMI e no IMT. -----

Penso que isto tem a ver com duas questões, a fase de transição da adaptação da legislação que tinha um período de condicionamento na aplicação da taxa. E tem a ver também com uma outra questão, que é o *boom* de aquisição de habitação no Entroncamento, devido à descida das taxas de juro e do período de carência de dez anos. Há muitas pessoas que adquiriram habitação há cerca de dez anos e que neste momento começaram a pagar o IMI. E de facto tem havido um acréscimo enorme nas cobranças deste imposto. -----

Por outro lado, ao nível dos impostos indirectos, impostos nos loteamentos, nas taxas de urbanização, também têm crescido. E isto deve-se a uma retoma do sector e com alterações em termos de legislação. -----

Só chamo a atenção aqui para dois assuntos: Por um lado, como nós já o ano passado alertámos, a necessidade de diminuir o IMI no Entroncamento para os zero vírgula seis por cento. A Câmara está em condições de o fazer. Até porque este IMI não vai parar de crescer. Não devido ao ajustamento da taxa de incidência, mas devido ao fim de carência destes dez anos, que muita gente vai começar a pagar o IMI. -----

A segunda questão da chamada de atenção tem a ver com o facto de muito deste dinheiro dos loteamentos ser de compensação por cedências e é preciso ter em atenção que são necessárias áreas verdes no Entroncamento; são necessárias áreas para instalação de equipamentos e a Câmara não pode continuar indefinidamente a trocar isso por dinheiro. -----

De facto, há uma folga orçamental que nos permite revisões facilmente. Há uma diminuição da dívida, e isto é *sui generis* no contexto das outras autarquias. No Entroncamento, a diminuição da dívida é apontada aqui em relação a igual período do ano passado de trinta um por cento, que nós já sabíamos isto através das contas de gerência. -----

Está-se a aproveitar positivamente o período entre os Quadros Comunitários para algum saneamento financeiro da Câmara. -----

Quanto às despesas de capital, nota-se que as Câmaras, em períodos em que não há financiamento por parte dos Quadros Comunitários ficam completamente paradas. E isto é preocupante porque significa que só sabemos funcionar com os Quadros Comunitários. -----

Em relação à questão mesmo da informação, essencialmente sobre o urbanismo e finanças do município, é importante, mas não chega. É escassa a informação nos outros sectores. -----

Faltam questões importantes como, na área da RESITEJO sabermos dos seus investimentos, das dívidas do município à RESITEJO, da estratégia de pagamento dessas dívidas. Falta-nos esse tipo de informação; -----

Faltam também informações quanto ao Quadro de Referência Estratégico Nacional – o porquê dos atrasos; -----

Como é que a Câmara está a ser envolvida nas negociações deste Quadro Estratégico Nacional, QREN; -----

Faltam-nos informações sobre o PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território), os atrasos e o envolvimento das autarquias na realização deste plano; -----

Falta-nos aquilo que já foi aqui referido pelo Bloco de Esquerda, informações sobre a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Qual foi o nosso papel na participação do Congresso; -----

Falta-nos informação sobre as novas questões que estão aí a ser discutidas, como as auditorias às empresas intermunicipais e fundações; -----

Falta-nos também informação sobre o estado de reestruturação da Estação Ferroviária do Entroncamento. Está completamente parado? Há anos que não recebemos informação sobre esta questão; -----

Falta-nos informações sobre o processo das Águas do Centro. Se estamos a pagar serviços que não nos estão a ser prestados neste momento, ou se isso foi “congelado” enquanto não começarem os investimentos; -----

Falta-nos informação, por exemplo, do Museu Nacional Ferroviário e eu penso que isto é extremamente importante; O edifício da Redonda; -----

Estamos no final do ano e as verbas cativas estão por utilizar. -----

Com que argumentos é que vamos pedir novas dotações para o PIDACC de dois mil e oito se ainda não utilizámos as verbas que vieram para ser utilizadas em dois mil e seis! E, por este caminho, os tais quinze anos que estavam previstos inicialmente para a realização desta infraestrutura, vão ter mais de cinquenta anos de realização, se não forem mais! -----

Portanto, eu penso que a informação do senhor Presidente, para além daquela que trás, e é uma boa informação a nível do urbanismo e das finanças do município, e que eu repito que são dois sectores muito importantes, há margem para nos dar mais alguma informação noutras áreas. E algumas dessas áreas são extremamente importantes porque nós, Coligação Democrática Unitária, não temos hipótese, para além das actas, de saber mais alguma informação destas áreas. -----

É um apelo que faço.” -----

De seguida, solicitou a palavra **Ferreira Marques**: “Em relação a esta matéria, penso que já está quase tudo dito. Corroboramos as questões dos deputados que nos antecederam e se pronunciaram sobre estes assunto e portanto, tudo o que disséssemos era redundante. -----

Contudo, chamo a atenção para o ponto três – obras em curso – o seguinte aspecto: ----

É relativo às obras do edifício do banco e diz assim: «...prorrogação do prazo até trinta de Junho de dois mil e sete.» É hoje! Eu passei por lá e aquilo tem lá os tapumes todos à volta do edifício! Eu até tinha trazido gravata e, quando lá vi os tapumes, tirei-a. Pensava que era a inauguração hoje! Enfim... é verdade, é mentira, houve engano? Não sei.” -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**: “Sem entrar em polémicas, vou tentar esclarecer. -----

O primeiro concurso de Bandas – alguém vai tomar atenção a isso. Evidentemente que não “caiu em saco roto”. Vamos ver se devemos ou se podemos fazer isso. -----

Em relação aos TURE, segunda fase – não vou remeter para o site, pois ainda não falei disto aos senhores vereadores, senão estava a fazer uma coisa que era mal. Primeiro são sempre os vereadores. Na próxima reunião de Câmara há uma informação sobre os TURE. O estudo foi entregue com atraso, porque demorou muito tempo a ser aprovado, com a informação da extinta DGTT e da Secretaria de Estado. Quando a senhora Secretária de Estado esteve no Entroncamento, pedi para ela intervir nessa matéria, ela interveio, fez o despacho e, portanto, fomos autorizados a fazer o estudo. Este estudo foi entregue na Câmara a semana passada. O senhor Vereador fez uma informação que levarei segunda-feira, em mão, aos senhores vereadores. Portanto, a partir daí, vai seguir todos os trâmites legais e normais que tem de seguir

este processo. Irá à Câmara, virá à Assembleia. Mas foi entregue a semana passada. Não me quero desculpar porque é que foi o atraso, pois quando me atraso eu assumo que é por minha culpa, quando não é, não é e, neste caso, foi um processo burocrático e vamos ver se conseguimos candidatar para fazermos de facto a expansão da rede dos TURE. -----

O senhor deputado António Ferreira fez aqui algumas afirmações e solicitou algumas coisas. Constatou o aumento da receita, propõe que se diminua o IMI, mas, temos que arranjar receitas alternativas para o Entroncamento! Eu também já estive do outro lado da barricada e quando ia propor alguma alteração, ou alguma coisa, tinha sempre uma proposta para repor os níveis. De qualquer maneira e o senhor é daquelas pessoas que procura estar entendido sobre a matéria, sabe que a Lei das Finanças Locais dentro em breve é penalizante para as Câmaras! Se já é, de hoje para amanhã será muito pior, com verbas consignadas! Ou gasta-se naquilo, ou então baixa o orçamento. Não são verbas que nos vêm dar a mais! É das verbas que já temos, algumas delas a partir do ano que vem vão ser consignadas e se não se gastarem reverterem a favor do Estado. Isto para as despesas correntes, não para investimento. Mas de qualquer maneira, nós precisaríamos de, se houver alguma alternativa para repormos esses níveis, nós estaremos abertos, pois é sempre agradável, para quem está no poder, baixar impostos. Mas temos que ser um bocado rigorosos e não é só pelo voto que eu estou aqui. Estou aqui porque votaram em mim, de facto, mas perspectivando o Entroncamento, não só no meu tempo, mas no futuro. Só assim se justifica que tenhamos trinta e cinco projectos feitos neste momento. -----

Em relação ao que falou sobre as verbas que aparecem aqui por causa dos loteamentos e das áreas de cedência, não podemos ir muito por aí. Quero dizer-vos que nos loteamentos não há áreas de cedências a menos! A não ser que sejam duzentos metros, num loteamento pequenino, que é um canto e que não tem interesse nenhum. Se estiverem dentro do Parque do Bonito, não tem de facto justificação para fazermos isso. Se falarmos do loteamento a norte do Entroncamento, no Casal Saldanha, é uma aposta pegarmos na área e nas coisas que estão e trocarmos de facto por condições, mas mete-las no sítio próprio, que na nossa opinião é na zona do Bonito. Por isso não recebemos dinheiro, senão isto mais empolado era se viéssemos a receber este milhão e muito de euros. Portanto, nos prédios, de for na malha urbana, se for mais de dois pisos, teremos dificuldades, exigimos pelo menos um lugar por fogo e nisso, de facto, há algum encaixe, mas é um encaixe mínimo em relação a estas coisas. -----

Em relação ao que diz por causa do Quadro Comunitário, que as Câmaras estão paradas em termos de obras, devo dizer que, se estão paradas é de salutar, é porque já fizeram tudo o que tinham a fazer no outro Quadro e neste momento estão aqui paradas para entrar no próximo Quadro. Na minha perspectiva é de salutar isso. Aquelas que estão a fazer sem saberem bem o que é que estão a fazer, gastam as verbas a cem por cento nas suas obras e não podem ir buscar participações, porque, é uma sorte! O Entroncamento aposta essencialmente no Parque do Bonito; O Entroncamento aposta essencialmente na regeneração urbana, que é os espaços públicos para tratar e em dois equipamentos que serão o Cine-Teatro e a Biblioteca. Portanto nós achamos que neste momento não devíamos estar a gastar dinheiro, ou melhor, a lançar, porque eventualmente seria um erro. -----

Em relação à questão sobre mais informação, vou ponderar. O senhor está a solicitar e eu tenho sempre uma atenção muito especial para o senhor. Vou fazer isso porque, no passado, trazíamos algumas informações que as pessoas diziam que era demais, que não servia. -----

Em relação às dívidas que o senhor falou da RESITEJO ou acordos que hajam, temos o assunto completamente resolvido. Entendemos durante X tempo não pagar à RESITEJO, porque andávamos a pagar e as outras Câmaras não pagavam! Portanto, estávamos a financiar a RESITEJO e outras Câmaras de maior volume não pagavam. Entendemos por bem que não era assim que devia ser feito. Neste momento está tudo acordado com a RESITEJO para pagarmos, mas os outros também têm que estar a pagar. -----

Em relação às Águas do Centro, é um processo que atrasou quatro anos e portanto isto irá entrar no próximo Quadro Comunitário. Aqui não há receitas consignadas, como o senhor sabe, só há a Derrama e os Fundos Comunitários. Portanto, como não há receitas consignadas é de facto para o serviço da Câmara. -----

Em relação ao Museu, a Câmara é um parceiro. A Câmara é um dos fundadores. Isto foi muito burocrático passarmos a obra que nós tínhamos para o Museu, para a Fundação, mas tivemos que a passar. O senhor Secretário de Estado veio cá, as coisas ainda tiveram alguma alteração em termos de Tribunal de Contas, e ainda tem, pois nem tudo está resolvido, a Fundação ainda está a resolver um problema, algo que o Tribunal de Contas está a pedir, que não é nenhum problema mas que demora o seu tempo. Portanto, acho que essa obra vai entrar de imediato em execução, até porque neste momento já se vê lá os tapumes, já está a ser vedada e tratada. Fizemos também, na parte do Museu, uma candidatura ao PIT (ao Turismo) e, é mais uma das candidaturas que está a decorrer e que nos obrigará a fazer outros tipos de projectos e outros tipos de financiamentos. O Museu contratou alguém que mexa em Fundos Comunitários e em Programas Comunitários e neste momento anda a bater de porta em porta e a fazer candidaturas a todo o lado. Estivemos em parceria com a Região de Turismo dos Templários, o senhor Presidente da Região de Turismo dos Templários tem acompanhado os técnicos e a administração do Museu à procura do dinheiro em termos do turismo. -----

Em relação ao «edifício do banco», o banco está no rés-do-chão e neste momento o edifício é mais da Câmara do que do banco, mas em relação à prorrogação do prazo, sabemos que era até agora, toda a gente sabe como é que ele está e toda a gente quer é que aquilo pare, mas não pára de certeza absoluta. Eu sei que o senhor também é daqueles que anda por aí, mas não tinha a noção de que o senhor só nestes momentos é que usasse gravata! Mas quando estiver pronto, eu aviso e o senhor vai ter à Câmara ter comigo, põe a sua gravata (mesmo que eu vá mais informal) e o senhor será convidado, porque é um momento solene para si estar de gravata. A obra está numa fase de conclusão. O edifício em si, até já está limpo nos dois pisos e neste momento estão a tratar de águas e de repor como encontraram o pavimento. Há um problema de facto em termos financeiros, foi à Câmara, é público, tenho uma informação em cima da minha mesa a pedir mais trinta dias, que levarei à Câmara e neste momento só estamos numa parte de montagem de quadros de electricidade. E, o electricista não quer acabar aquilo enquanto não receber. Isso passou-se com os vidros do elevador e já está resolvido. Portanto, a Câmara não deve um tostão nesta obra. Pode é ter algum acordo de pagamento em termos de factoring, mas não deve. Chega o auto e logo que seja rectificado pela Câmara, é pago no dia a seguir. Portanto é daquelas obras que nós procuramos que sejam exemplares para não falhar, porque a empresa está de facto com dificuldades. Mas eu não me esquecerei dessa recomendação e no dia certo avisarei o senhor.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Em relação à questão da Redonda que eu aqui levantei, eu compreendi perfeitamente e é natural que as entidades que estão à frente da Fundação queiram diversificar as fontes de financiamento e isso é importante. Mas não foi respondida aquela questão que eu levante: Como é que se vai justificar neste momento uma dotação no PIDDAC de dois mil e oito, ou seja, do ano que vem, com mais verbas para o Museu, se não conseguimos sistematicamente utilizar as verbas ano após ano? E mais uma vez, não conseguimos, pois ainda temos as verbas de dois mil e seis para utilizar! Como é que vamos justificar isso?” -----

Esclareceu o **Presidente da Câmara**: “Sobre isto, a senhora Secretária de Estado é conhecedora em pormenor desta obra. Tem relações privilegiadas com alguns membros do Conselho de Administração da Fundação. Ela sabe e só não vai dotar se entender não dotar verba. Porque como o Governo deste país não entregou até à data os setecentos e cinquenta mil euros na constituição da Fundação, não houve condições para fazermos um contrato e começarmos a obra. -----

Porquê? Porque a Câmara Municipal do Entroncamento tinha quinhentos mil euros em seu poder. Foi transferido ainda no tempo do Governo do Partido Social Democrata. Estava consignado isso e estavam aqui nas contas. No ano seguinte, foi novamente contemplado com seiscentos mil euros. O Governo que chegou, entendeu por bem (e eu tenho que respeitar pois eles é que mandam) que não havia condições, que estamos em restrições e retiraram essa verba de PIDAC. Portanto, ficou a obra coxa, evidentemente! -----

O que é que o Conselho de Administração pensou fazer então? Resolveram ir à procura de dinheiro! E foi de facto candidatar-se ao POC. E no POC conseguiu uma participação de cinquenta e quatro por cento. -----

Portanto, é isso que se está a justificar ao Tribunal de Contas. O senhor sabe que o Zona Industrial foi três vezes ao Tribunal de Contas! Mas devo dizer que nestas três vezes não alterámos nada, manteve-se tal e qual como quando a apresentámos. Quando chegava ao fim do tempo, pediam-nos esclarecimentos e, o último esclarecimento foi a perguntar se a obra já tinha começado, isto trinta dias depois e, no último dia, já se estava a fazer a electrificação, que eu já tinha pedido à EDP para fazer a electrificação! No último dia foi a conselho! Eu telefonei para lá nesse último dia e disseram-me que estava em conselho. Isto no último dia, três meses depois é que vieram essas coisas. Portanto, no Museu é a mesma coisa. Foi passar o contrato de cessação contratual da Câmara para o Museu; tivemos que justificar nós, teve que justificar o Museu, agora, para a obra, que não tinha dotação, pois o Governo veio tirar os seiscentos mil euros que estavam em PIDDAC e portanto não tinha dotação! O Tribunal de Contas perguntou: Onde é que vocês vão buscar o dinheiro? Não havia esse dinheiro, mas, com uma candidatura no POC conseguiu-se e neste momento essa obra tem verba suficiente para se fazer. -----

O comprometimento da senhora Secretária de Estado é que a primeira verba que vai entrar no Museu este ano, não é dos quinhentos mil euros que lá tem mais o POC, é o PIDAC que lá está, os cento e oitenta mil euros. É o comprometimento que temos da senhora Secretária de Estado. Se ela cumpre ou não, depende dela, mas acredito, uma vez que ela assumiu. -----

Todos nós sabemos o que são os Directores Gerais e muito particularmente alguns Chefes de Gabinete ou Assessores! Emperram aquilo tudo. Perdemos o primeiro dinheiro, os seiscentos mil euros, por causa de um erro de um daqueles jovens que foi lá colocado na Secretaria de Estado como Chefe de Gabinete. Mas não quero falar mais sobre esta matéria, porque sei dessas coisas do foro interno e só estou aqui a dizer porque sou obrigado aqui a dizelo, mas esse dinheiro só não veio porque o senhor entendeu que não devia vir. Nós sabemos como era no nosso tempo quando nós trabalhávamos com a CGTT! Ou conseguíamos o dinheiro e havia um despacho para recebermos o dinheiro até essa altura, ou então o dinheiro começa a esfumar-se para outras obras ou para outras revisões orçamentais que o Governo também faz quando tem necessidade.” -----

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia** deu por terminada esta sessão quando eram doze horas e dez minutos. -----

Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. ---

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: